

SESSÃO ORDINARIA DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013

ACTA N.º 8/2013
(CONTÉM 18 PÁGINAS)

Por convocatória da Presidente da Assembleia Municipal, datada de 9 de dezembro de 2013, reuniu a Assembleia Municipal de Miranda do Douro, no Mini Auditório, pelas 09.30 horas, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1. Informações;
2. Período antes da Ordem do Dia;
3. Aprovação das atas das sessões de 11 de outubro e 5 de novembro de 2013;
4. Mapa de Pessoal, Orçamento e Grandes Opções do Plano 2014 - Análise e aprovação;
5. Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes. Aprovação dos Estatutos;
6. 1ª Alteração ao Regulamento do Banco Municipal de Manuais Escolares;
7. Indicação de Presidente de Junta de Freguesia para a Assembleia Distrital de Bragança;
8. Designação de um representante da Assembleia Municipal para integrar a Comissão Municipal de Toponímia do Concelho de Miranda do Douro;
9. Designação de um representante da Assembleia Municipal para integrar o Concelho Municipal de Educação do Concelho de Miranda do Douro;
10. Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Miranda do Douro. Designação de 4 membros da Assembleia Municipal;
11. Apólice de seguros de acidentes pessoais - Autarcas;
12. Apreciação da Informação a prestar pelo Sr. Presidente da Câmara;

Verificou-se a ausência dos membros a seguir mencionados: Sérgio Filipe Miranda João e Carla Sandra de Almeida Vaz Rodrigues que apresentaram justificação de falta, tendo sido consideradas justificadas.-----

Estiveram presentes os seguintes membros: Jacinta de Jesus Borrecho Raposo Fernandes, António Augusto Castro Carção, Carlos do Nascimento Ferreira, Ivete Maria Martins, Antero Correia Besteiros, Alberto Afonso Martins, Maria Virgínia Lopes Preto, Mário da Conceição Bartolomeu Torrão, Jacinto dos Santos Afonso, Hermínia Delgado Fernandes, Ivo Manuel Raposo Mendes, Valdemar da Assunção Gonçalves, André Filipe João Pires, Carlos Eduardo Córdova Pera, José Marcelino Antão, Esmeraldino Adérito Raposo Fernandes, António Rodrigues Barbosa, Manuel Guerra Gonçalves, Gonçalo José Peres Santos, Ezequiel dos Ramos Raposo, Norberto Fernando Ferreira, Francisco Cândido Preto, Orlando Seixas Vaqueiro, José Luís Almendra, Alfredo José Garcia Cameirão e Adérito dos Santos Martins. -----

A Presidente da Mesa, Jacinta Raposo Fernandes, declarou aberta a sessão eram nove horas e quarenta e cinco minutos.-----

Dando de seguida início aos trabalhos agendados: -----

1. INFORMAÇÕES; -----

Começou por desejar boas festas a todos os presentes e convida-los para o almoço. -----

De seguida informou que o deputado Sérgio João não está presente porque, segundo ele, não recebeu a convocatória atempadamente e por questões de agenda não lhe foi possível estar presente. -----

Deu ainda conhecimento da realização da reunião do grupo de trabalho, relativa ao Regimento da Assembleia Municipal. Acrescentou que vai ser enviado a todos os membros para apresentarem sugestões para posterior aprovação. -----

Após estas informações solicitou a inserção de dois pontos na Ordem de Trabalhos, nomeadamente com a seguinte numeração: -----

12. Demissão de Associado da Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos; -----

13. Relatório e Orçamento para 2014 da Miranda Cultural e Rural, E.M.; -----

Colocado a votação a inserção destes dois pontos, foi aprovado por unanimidade inserir os mesmos. -----

Inscreveram-se para intervir neste ponto, os seguintes membros: -----

António Carção: Sugeriu que no Regimento deviam ser plasmadas as competências da Assembleia Municipal, da Lei 75/2013 de 12 de setembro. Acrescentou que se solicitasse à Jurista da Câmara, para fazer as devidas adaptações da referida Lei. -----

José Almendra: Referiu que não é necessário intervir a Jurista neste assunto, é sua opinião que o grupo de trabalho deve ter capacidade para o fazer. -----

2. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA; -----

Inscreveram-se para intervir neste assunto os seguintes membros: -----

António Barbosa: Solicitou ao executivo que não se esqueça de dar uma prenda ao povo de Vale d`Águia, os saneamentos. -----

Mário Torrão disse o seguinte: -----

Em primeiro lugar queria desejar a todos um feliz Natal e que o ano de 2014 seja para cada um de vós repleto das venturas que mais que mais ambicionardes. -----

Esta minha intervenção tem a ver sobretudo com o “Novo Regime Jurídico das Autarquias Locais” com referencia a um dos assuntos que constam da Ordem do Dia , mas, que, devido ao seu posicionamento, penso, seria de todo o interesse ser apresentado antes da ordem do dia, uma vez que o seu possível desconhecimento poderá influenciar a orientação de voto sobre outros assuntos, nomeadamente o orçamento anual e mapa de pessoal. -----

O assunto é objetivamente esta informação. A informação elaborada pelo Sr. Presidente e, que, em meu entender, enferma de ilegalidade grosseira por omissão de dados. Senão vejamos: a informação apenas refere objetivamente, a

atividade desenvolvida pela Câmara, olvidado de forma grosseira os restantes temas a que obriga o referido Regime Jurídico. Desta forma não é referido no mesmo: a situação financeira do município; o saldo e estado das dívidas a fornecedores; as reclamações; os recursos hierárquicos e os processos judiciais pendentes c/ indicação de fase e estado. Quero contudo acreditar que esta omissão não teve fundamento intencional, caso contrário agravar-se-ia a ilegalidade por ser cometida a título de dolo. Assim, gostava de ouvir os esclarecimentos de quem de direito sobre este assunto. -----

António Carção: Começou por dar os parabéns e fazer um reconhecimento público na Assembleia Municipal de Miranda do Douro, à Cooperativa Ribadouro de Sendim, que acaba de ser distinguida com o prémio “Empresa E.M.E/Líder 2013”, pelas suas boas práticas de gestão e na aposta de produção de vinho biológico. -----

Disse ainda: Aproveito também o momento, para no nome do Sr. Presidente da Cooperativa, José Luís Almendra, membro desta Assembleia, uma palavra de reconhecimento e de incentivo para continuar na linha da frente do empreendedorismo local. Este reconhecimento, como é óbvio, é extensivo a toda a Direção, funcionários e sócios da Cooperativa. -----

Norberto Ferreira: Questiona o executivo sobre as águas em São Martinho, pois viu passar os Bombeiros a transportar água. Não sabe o que está a acontecer. -----

Referiu ainda que a Câmara tem aberto buracos na via pública por causa das águas, e que não os taparam, estando as ruas a ficar degradadas tanto nos paralelos como no asfalto. -----

Terminou dizendo que a zona sul de São Martinho ainda não tem saneamentos. -----

Ivete Martins: Relativamente aos casos oncológicos que têm vindo a aparecer cada vez mais no nosso concelho, sendo a própria um deles, fez um pedido/sugestão para a criação de um observatório com a ajuda do executivo,

para um estudo do assunto, a que se deve? Ofereceu a sua colaboração, dizendo que se podia fazer algo. -----

Reportando-se à sua intervenção dirigida ao 1º Secretário Carlos Ferreira, na última sessão, e embora não entenda muito da língua mirandesa, sugere que as intervenções ditas em Mirandês sejam escritas na ata em Mirandês e Português, e para fundamentar a sua pretensão, leu uma frase retirada de um artigo escrito por António Bárbolo Alves do Jornal Mensageiro de Bragança: -----

“Quando se fala sien ler, l´outeridade resulta de la boç. Mas quando se lei essa outeridade queda no papel. Por isso, las cibilizaçones d`ouralidade reconhécen la fuorça de la palabra, tal cumo las cibilizaçones de tradiçon scrita reconhécen la fuorça de l testo”. -----

Presidente da Mesa: Falou com conhecimento de causa, sobre o sugerido pela deputada Ivete Martins, relativamente à criação de um observatório dos casos oncológicos, dizendo que é oportuno, mas que o nosso concelho a nível do ambiente não é o mais atingido por situações oncológicas relacionadas com o ambiente, mas poderão sim estar relacionados com hábitos alimentares, nomeadamente os cancros do sistema digestivo. A criação de um observatório não me parece pertinente, até porque isso obriga a um investimento grande em recursos para esse tipo de investigação. Parece-me contudo ser importante um estudo epidemiológico realizado por alunos de mestrado ou doutoramento, o qual a Camara poderá “apadrinhar”. -----

José Almendra: Palavras temo-las boas, mas os atos é que contam, disse em Mirandês. Deu o exemplo de Nelson Mandela, do homem que foi, o que sofreu, conseguiu unir todos pelo bem de um país. Frisou que todos fizessem o mesmo, unir-se, pelo bem do concelho, da nossa terra. -----

Solicitou a aprovação de um voto de pesar a Nelson Mandela. -----

Tendo a mesa concordado com o proposto, colocou o Voto de Pesar a Nelson Mandela a votação, tendo sido aprovado por unanimidade e aclamação.

Alfredo Cameirão: “Numa época em que, em certas sociedades, o poder é pertença de minorias compostas pelos detentores do grande capital e por membros da tecno-estrutura; em que, noutras sociedades, dele se apropriou uma classe burocrática que domina não só todo o aparelho de Estado como todas as estruturas económicas e sociais – ou se quer apropriar uma elite de intelectuais auto-iluminados que pretendem pôr em prática os seus dogmas e as soluções mais ou menos originais que conceberam – pergunto-me: poderão as sociais-democracias retirar o exclusivo do poder às minorias oligárquicas, promovendo a sua efetiva transferência a nível político, económico ou social, para toda a população. O Programa que aprovámos mostra bem que o nosso caminho tem de consistir na construção de uma democracia real. Não basta apenas rejeitar, ainda que claramente, as via oferecidas pelo neocapitalismo e pelo neoliberalismo, por incapazes de resolverem as contradições da sociedade portuguesa e de evitarem a inflação, o desemprego, a insegurança e a alienação na sociedades que constroem. -----

A democracia política implica o reconhecimento da soberania popular na definição dos órgãos do poder político, na escolha dos seus titulares e na sua fiscalização e responsabilização; exige a garantia intransigente das liberdades individuais, o pluralismo efetivo a todos os níveis e o respeito das minorias; não existe se não houver alternância democrática dos partidos no poder, mediante eleições livres, com sufrágio universal, direto e secreto. -----

A democracia económica postula a intervenção de todos na determinação dos modos e dos objetivos de produção, o predomínio do interesse público sobre os interesses privados, a intervenção do Estado na vida económica e a propriedade coletiva de determinados sectores produtivos; pressupõe ainda a intervenção dos trabalhadores na gestão das unidades de produção. A democracia social impõe que sejam assegurados efetivamente os direitos fundamentais de todos à saúde, à habitação, ao bem-estar e à segurança social; exige a abolição das distinções entre classes sociais diversas e a redistribuição dos rendimentos, pela utilização de uma fiscalidade justa e progressiva. -----

Finalmente a democracia cultural consiste em garantir a todos a igualdade de oportunidades no acesso à educação e à cultura e no favorecimento da expressividade cultural de cada um". -----

CARNEIRO, Francisco Sá, Por uma Social-Democracia Portuguesa, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1975, pp. 42-44. -----

Continuou dizendo: o que eu tentei dizer é que a ação do governo atual nega em todos os aspetos o pensamento e as ideias que Sá Carneiro defendia para Portugal, isto, a coberto da bandeira e do partido que Sá Carneiro fundou.

Antero Besteiros: Disse que a sua intervenção tem a ver com o ambiente. Como caçador que pertence à Associativa de Vila Chã deparou-se com um espetáculo degradante do ambiente, pneus abandonados no monte. Questionou se a Junta ou a Câmara terão competência para os retirar. Dirigindo-se também ao Presidente da Junta de Picote, referiu ter visto nessa freguesia colchões e sofás abandonados no campo, que é necessário retirá-los. Apela para que façam alguma coisa. -----

Felicitou a Cooperativa Ribadouro de Sendim, pelo prémio que recebeu.

Presidente da Câmara: Começou por dizer que uma das grandes preocupações do Município é o abastecimento de água e a qualidade da mesma, aguardam pelo próximo quadro comunitário para colmatar essa falha. A zona sul de São Martinho é uma das prioridades. -----

Informou que houve uma inspeção à qualidade da água no nosso concelho e foram detetadas anomalias. Foram transmitidas essas mesmas anomalias às Juntas de Freguesia em causa. A Câmara tem estado a trabalhar para corrigir os parâmetros dos níveis da qualidade da água. Mencionou que é isso que se está a fazer, levando água para São Martinho, para repor os níveis.

Em relação ao dito pelo deputado Mário Torrão, diz não haver ilegalidade em não vir a informação que solicita, frisou que esse tipo de informação nunca veio à Assembleia, no entanto se o regimento o exigir, irão cumprir. -----

Quanto à questão do deputado Antero Besteiros, referiu que em 2009, recolheram monos e resíduos de construção com a ajuda dos Presidentes das

Juntas. Solicitou a estes que identifiquem por escrito os locais, e assim, a Câmara fara a remoção dos mesmos através da empresa Resíduos do Nordeste.

António Carção: Sobre a questão da informação a prestar pelo Presidente da Câmara, que referiu o deputado Mário Torrão, referiu que há grandes responsabilidades para a Assembleia Municipal na Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, e que há que cumprir. -----

Mário Torrão: Sr. Presidente, li nas palavras de V.Exa., a desculpa típica de um qualquer pseudo-iluminado, absolutamente convicto do seu próprio ilusionismo intelectual. Tipo..., daqueles que pensam que...: “se eu não sei, ninguém sabe”; “só eu é que sei”; ou... “eu é que sei tudo!”. -----

Puro erro, Sr. Presidente. Ninguém sabe tudo! Se isso acontecesse, o mundo andaria de forma bem diferente. Mas não anda! -----

Quanto ao relatório que referi anteriormente e sobre o qual se pronunciou, ele é realmente ilegal. -----

Está plasmado na Lei! No “Regime Jurídico das Autarquias Locais” (Lei nº 75/2013, de 12 de setembro) que, na alínea c) do seu artº 25º, que refere algumas competências da Assembleia, bem como no nº4 do seu artº 35º. Artigo este que define as competências do Presidente da Câmara Municipal. As suas competências Sr. Presidente!!! As suas competências! Que, pelo visto, o senhor desconhece. -----

Referiu o Regimento. Mas, a este propósito, não é a lei que tem que se submeter ao regimento! O regimento é que tem que se submeter à lei! -----

Tal como refere frequentemente o Secretário-Geral do seu partido a propósito das recentes inconstitucionalidades declaradas, “não é a constituição que tem que se submeter à lei, mas a lei é que tem que se submeter à constituição”. -----

3. **APROVAÇÃO DAS ATAS DAS SESÕES DE 11 DE OUTUBRO E 5 DE NOVEMBRO DE 2013;** -----

A presidente da Mesa perguntou se havia alguma correção às atas em assunto. Não havendo, foram as atas de 11 de outubro e de 5 de novembro, colocadas a votação, tendo obtido os seguintes resultados: a ata de nº6 de 11 de outubro foi aprovada por maioria dos presentes, com a abstenção da deputada Ivete Martins por não ter estado presente. A ata nº 7 de 5 de novembro, foi aprovada por unanimidade. -----

4. MAPA DE PESSOAL, ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2014 – ANALISE A APROVAÇÃO; -----

Foi presente o Mapa de Pessoal, Orçamento e Grandes Opções do Plano 2014. -----

Abertas as inscrições para intervir neste ponto, inscreveram-se os seguintes membros: -----

Ivete Martins disse: No mapa de pessoal para o ano de 2014 constato que tem um ajustamento. Sr. Presidente quero acreditar, que o mesmo não corresponde ao cumprimento das promessas eleitorais. Pergunto a todo o executivo quantas vagas vão a concurso? E quanto vai custar esse aumento de pessoal no orçamento do município?-----

No meu ponto de vista este orçamento reflete falta de estratégia política, económica e não traz nenhuma mais-valia para economia local. O mesmo afigura-se como desajustado, naquilo que são a afetação de recursos municipais, face a pirâmide de prioridades que o Concelho exige. Verifica-se que 70% do orçamento são para Despesa correntes, percentagem muito elevada. -----

Está claro que neste documento há um total desrespeito pelas juntas de freguesia, pois o orçamento peca pela escassez ou total falta de recursos financeiros, para as mesmas executarem as necessidades das suas populações.

Elaboração do Plano Diretor Municipal. No orçamento existe uma verba de 64.384€. Na campanha eleitoral o candidato do partido socialista, que agora é Presidente, apresentou no comício de Duas Igrejas umas pastas onde referiu que o PDM era assunto resolvido, levantou uma pasta com papéis dizendo que tinha mais doze pastas na câmara acerca do mesmo assunto, e que o PDM

estava tratado. A esta afirmação, eu assisti, não me contaram. Assim sendo, pergunto Sr. Presidente, o assunto estava tratado ou não estava? Continua a gastar dinheiro no PDM? Explique -se Sr. presidente? Isso de mostrar pastas sem ninguém saber o que lá está, é o conto mais antigo da pura demagogia política. -----

O Presidente da Câmara respondeu que este assunto deveria ter sido exposto no período antes da Ordem do Dia. -----

Ivete Martins disse: Os 64.384,00€, é uma rubrica do orçamento e por isso é neste momento que tenho que perguntar. -----

Na minha opinião este orçamento é um bloco de plasticina cuja forma, que vai tomar, não será seguramente a forma que melhor servirá o interesse do concelho e dos Mirandeses. -----

Continuou dizendo que no orçamento, pagina 15, existe uma verba no valor de 100.612,50€ para caminhos rurais, matadouro do planalto, projeto adaptação dos mercados de gado do Concelho, Zona Industrial do Planalto, Zona Industrial de Palaçoulo, Zona Industrial de Sendim, valor que me parece muito reduzido para executar as infraestruturas. O que me leva a deduzir que esta verba é para fazer novos projetos impraticáveis. -----

António Carção: Referiu que faz suas as palavras da deputada Ivete Martins. Há falta de respeito pelas juntas de freguesia, estão esquecidas. O reforço das verbas para a junção das freguesias é escasso. Espera que a Câmara tenha a linha aberta para apoiar as juntas de freguesia. -----

José Almendra: Falou que no plano político devia votar contra por ser um documento do Partido Socialista, mas nada tem a ver, disse. Referiu ser um documento um pouco abstrato e pouco de concreto. No plano técnico, confia nas pessoas mas pergunta se foi cumprido o estabelecido nas leis 73 e 75/2013. Como Presidente da Junta, vê que não há quase nada para as Juntas, mencionando os valores atribuídos. Frisou que as Associações são mais apoiadas que as Juntas. Apela para que sejam celebrados protocolos com as

mesmas. Deixou um voto de confiança e sugeriu que as Juntas de Freguesia deviam participar na execução do orçamento. -----

Orlando Vaqueiro: Por ser fiel aos seus princípios diz ser um orçamento realista que traduz uma infeliz realidade, sendo 70% de despesas e o resto para investimento no Concelho. Que este orçamento extirpa as Juntas de Freguesia.

Entende que é um instrumento de gestão e vai votar a favor, na esperança que nos próximos três anos façam melhor para as Juntas de Freguesia. -----

Presidente da Câmara: Começou por falar dos cortes do Governo e que este é o mais centralista de todos os tempos, dito isto na Associação de Municípios. O maior ataque que este governo está a fazer é às autarquias numa tentativa de acabar com o poder local, disse. -----

Realçou que hoje com as leis 73/2013 e 75/2013 é necessário fazer um orçamento realista, pois há que cumprir 83% do orçamento, se não, serão aplicadas sanções.-----

Quanto às receitas, referiu que há um corte de 200.000,00 € do FEF, a derrama vai ser retirada. Temos uma margem muito pequena de receita dos municípios, que vai passar para o estado. Com a conjugação das leis dos compromissos e das finanças locais não nos permite fazer muito. Relativamente ao quadro de pessoal, vai haver ajustamentos, não vai haver mais pessoal. Se houver concursos externos vão vir a esta Assembleia Municipal. Concorda que o investimento é pouco mas aguardam pelo quadro comunitário que querem aproveitar. -----

Vereador Ilídio Rodrigues: Sobre a falta de respeito pelas Juntas, frisa que estamos numa pirâmide, o governo retira à Câmara e a Câmara por sua vez não tem para dar as Juntas. Desde Janeiro de 2010 que o governo nos retirou mais de três milhões de euros. Isto alterou sobretudo os recursos financeiros. Hoje o Orçamento corresponde à verdade. -----

Relativamente ao Quadro de pessoal referiu que hoje a Câmara tem apenas 153 trabalhadores e em novembro de 2009 tinha 221, o que tem ajudado são os estagiários e os contratos de emprego e inserção. -----

Disse: Temos o orçamento que nos obrigam e não o que queremos. A despesa é grande porque temos que pagar juros. -----

Ivete Martins: Pergunta se o PDM está terminado. -----

O Presidente da Câmara respondeu que não estamos a falar do PDM mas sim do Orçamento. -----

António Carção: Refere que esta Câmara também é muito centralista. Se o Orçamento é realista, possivelmente terá que baixar o valor. Comparou a qualidade dos empréstimos realizados pelo anterior executivo e pelo atual. É sua opinião que este ano era o ideal para criar uma folga e não abrir concursos para pessoal. -----

Colocado a votação o Mapa de Pessoal, Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2014, foi o mesmo aprovado por maioria, com os votos contra dos membros: André Pires, Alberto Martins, Mário Torrão, António Carção, Hermínia Fernandes e Ivete Martins. -----

Foi deliberado ainda aprovar este assunto em minuta. -----

5. COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRAS-OS MONTES – APROVAÇÃO DOS ESTATUTOS; -----

Sobre este ponto foi dada a palavra ao Presidente da Câmara, que informou que, com a recente entrada em vigor da Lei 75/2013 de 12 de setembro, operou a separação da Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes, em CIM do Alto Tâmega e CIM das Terras de Trás-os-Montes, ficando o Município de Miranda do Douro integrada nesta última. -----

Assim, sob proposta da Câmara Municipal foram presentes os estatutos revistos para apreciação da Assembleia Municipal. -----

Orlando Vaqueiro: Deu a sua opinião sobre a criação das Comunidades Intermunicipais, dizendo que não concorda que os Presidentes das Juntas de Freguesia não façam parte. -----

A Presidente da Mesa solicitou aos dois grupos parlamentares para apresentarem listas a fim de ser eleitos, pelo método D`Hondt, dois elementos para representarem a Assembleia Municipal. -----

Foram apresentadas a lista A, pelo Partido Socialista, composta pelos membros: Carlos Ferreira e Ivo Mendes; e a lista B, pelo Partido Social Democrata, composta pelos membros: António Carção e Alberto Martins. -----

Colocadas a votação, obtiveram os seguintes resultados: 7 votos a favor da Lista A e 6 votos a favor da Lista B. -----

Foram eleitos os membros Carlos Ferreira e António Carção. -----

Foi deliberado ainda aprovar este assunto em minuta. -----

6. 1ª ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO BANCO MUNICIPAL DE MANUEIS ESCOLARES; -----

Foi presente a 1ª alteração ao Regulamento do Banco Municipal de Manuais Escolares, no ponto 2.5 do artigo 5º, que passa a ter a seguinte redação: -----

A devolução dos manuais escolares em estado de conservação que, por causa imputável ao aluno, impossibilite a sua reutilização, implica que o pai/encarregado de educação pratique um dos seguintes procedimentos: -----

a) Substituir o manual e proceder à sua devolução, de acordo com o estipulado no ponto 2, do artº 5º, do presente regulamento; -----

b) No ato de devolução dos livros, entregar à autarquia o valor comercial, praticado no momento, do manual novo, a fim da entidade proceder à substituição do manual em causa. -----

Caso nenhum dos procedimentos, anteriormente descritos, seja cumprido, fica o pai/encarregado de educação impossibilitado de recorrer a este tipo de apoio no ano letivo seguinte; -----

Não havendo inscrições para intervir neste ponto, foi o mesmo colocado a votação, foi a referida alteração aprovada por maioria com um voto contra da deputada Ivete Martins e uma abstenção do deputado André Pires. -----

----- Foi deliberado ainda aprovar este assunto em minuta. -----

7. INDICAÇÃO DE PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA PARA A ASSEMBLEIA DISTRITAL DE BRAGANÇA; -----

A **Presidente da Mesa** solicitou a cada grupo parlamentar que elegessem um Presidente da Junta de Freguesia para representante dos Presidentes de Junta de Freguesia do Concelho, na Assembleia Distrital de Bragança. -----

Foram propostos os Presidentes das Juntas de Freguesia, Orlando Vaqueiro, pelo PS, e Norberto Ferreira pelo PSD. -----

Colocados a votação, obtiveram os seguintes resultados: Presidente da União das Freguesias Ifanes e Paradela, Orlando Seixas Vaqueiro, 15 votos a favor; Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, Norberto Fernando Ferreira, 10 votos a favor. -----

Foi eleito por maioria o Presidente da União das Freguesias Ifanes e Paradela, Orlando Seixas Vaqueiro para representar os Presidentes de Junta de Freguesia do Concelho, na Assembleia Distrital de Bragança. -----

Foi deliberado ainda aprovar este assunto em minuta. -----

8. DESIGNAÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAR A COMISSÃO MUNICIPAL DE TOPONIMIA DO CONCELHO DE MIRANDA DO DOURO; -----

A **Presidente da Mesa** solicitou a cada grupo parlamentar que elegessem um elemento para integrar a Comissão Municipal de Toponímia do Concelho de Miranda do Douro. -----

Foram propostos os membros Alfredo Cameirão, pelo PS, e André Pires pelo PSD. -----

Colocados a votação, obtiveram os seguintes resultados: Alfredo Cameirão, 15 votos a favor; André Pires, 10 votos a favor. -----

Foi eleito por maioria o membro Alfredo José Garcia Cameirão como representante na Comissão Municipal de Toponímia do Concelho de Miranda do Douro. -----

Inscreveram-se para intervir neste assunto os seguintes elementos: -----

Valdemar Gonçalves: apelou para que a Comissão consulte os moradores e acrescentou que a sua rua ainda não tem nome. -----

Antero Besteiros: Comunga da opinião do deputado Valdemar Gonçalves e sugeriu que fossem dados nomes às ruas de pessoas válidas do Concelho, dando o exemplo do Padre César, que criou o colégio em Miranda do Douro. ----

Foi deliberado ainda aprovar este assunto em minuta. -----

9. DESIGNAÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO CONCELHO DE MIRANDA DO DOURO; -----

A **Presidente da Mesa** solicitou a cada grupo parlamentar que elegessem um elemento para integrar Conselho Municipal de Educação do Concelho de Miranda do Douro. -----

Foram propostos os membros Manuel Gonçalves, pelo PS, e António Carção pelo PSD. -----

Colocados a votação, obtiveram os seguintes resultados: Manuel Gonçalves, 14 votos a favor; António Carção, 9 votos a favor e 1 voto em branco. -----

Foi eleito por maioria o membro Manuel Guerra Gonçalves como representante no Conselho Municipal de Educação do Concelho de Miranda do Douro. -----

Foi deliberado ainda aprovar este assunto em minuta. -----

10. COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO DE MIRANDA DO DOURO. DESIGNAÇÃO DE 4 MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL;-----

Foi apresentada uma lista de quatro membros, composta por Jacinta de Jesus Borrecho Raposo Fernandes, Maria Virgínia Lopes Preto, Alfredo José Garcia Cameirão e Carla Sandra de Almeida Vaz Rodrigues, a qual foi colocada a votação. Foi aprovada por maioria, com a abstenção do deputado António Carção, por entender que deveria ser uma lista representada pelas duas forças políticas, designar os elementos acima referidos para a composição da Comissão Alargada da CPCJ. -----

Foi deliberado ainda aprovar este assunto em minuta. -----

11. APOLICE DE SEGUROS DE ACIDENTES PESSOAIS – AUTARCAS; ----

Relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, define o artº 17º da Lei 29/87 de 30 de junho (Estatutos do Eleitos Locais), que para os membros da Assembleia Municipal, estabelece que o capital a assegurar, deverá ser fixado por deliberação do respetivo órgão, cabendo à Assembleia Municipal definir as coberturas dos seus membros. -----

Exposto isto, a **Presidente da Mesa** colocou os valores a seguir mencionados a votação: -----

Pessoas Seguras	Morte ou Invalidez Permanente	Incapacidade Temporária	Despesas de Tratamento e Repatriamento	Despesas de Funeral
28 Membros da Assembleia	25.000,00€	25,00€/dia	5.000,00€	5.000,00€

Foi deliberado por unanimidade aprovar os referidos valores. -----

Foi deliberado ainda aprovar este assunto em minuta. -----

12. DEMISSÃO DE ASSOCIADO DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO DOURO SUPERIOR DE FINS ESPECÍFICOS; -----

Em sessão da Assembleia Municipal do dia 14 de junho de 2013 foi aprovada a desvinculação do Município como associado da Douro Superior – Associação de Desenvolvimento, e não como se queria dizer, Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos. -----

Assim, a **Presidente da Mesa** propôs a aprovação de demissão de associado da Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos, dado que, de acordo com os estatutos, ter decorrido já um período de três anos após a sua integração. -----

António Carção: Questionou o executivo se está regularizada a situação financeira com a referida Associação, quais os ganhos e as perdas com a mesma. -----

Colocado a votação a demissão de associado da Associação de Municípios do Douro Superior de Fins Específicos, foi a mesma aprovada por maioria, com as abstenções dos deputados: Ivete Martins, Mário Torrão, Alberto Martins e André Pires. -----

13. RELATÓRIO E ORÇAMENTO PARA 2014 DA MIRANDA CULTURAL E RURAL, E.M.; -----

Foi presente o Relatório e Orçamento para 2014 da empresa Municipal Miranda Cultural e Rural, E.M.. -----

Não havendo quaisquer inscrições para intervir neste ponto, foi tomado conhecimento do mesmo. -----

14. APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO A PRESTAR PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA; -----

Abertas as inscrições para intervir neste ponto inscreveu-se o deputado António Carção para sugerir que no futuro conste da informação o movimento do Canil nas localidades do Concelho. -----

A Vereadora Anabela Torrão solicitou a palavra para dizer que é possível dar essa informação e que na próxima sessão será prestada. Informou também que é o 2º Canil a nível distrital com mais recolha de animais, com um custo mensal de 2.000,00€. -----

Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, agradeceu a presença e as palavras dos intervenientes, desejando boas festas. Deu por concluída a sessão, eram 13.45 horas, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada nos termos da Lei. -----

O Presidente da Assembleia Municipal:

Os Secretários da Mesa da Assembleia Municipal:

O Secretário da Sessão:
